



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS – DLV
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

MARIA EDUARDA FRANCELINO DUTRA

**UMA ANÁLISE DOS VESTÍGIOS DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA EM *VOLTO SEMANA QUE VEM*, DE MARIA PILLA**

**PATU - RN
2025**

MARIA EDUARDA FRANCELINO DUTRA

**UMA ANÁLISE DOS VESTÍGIOS DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA EM *VOLTO SEMANA QUE VEM*, DE MARIA PILLA**

Artigo apresentado ao Departamento de Letras Vernáculas – DLV, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado de Patu, “Dra. Aline Almeida Inhoti”, como requisito para a obtenção do título de graduado em Letras, habilitação em Língua Portuguesa

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Annie Tarsis
Morais Figueiredo**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

F815a Francelino Dutra, Maria Eduarda
 Uma análise dos vestígios de resistência à ditadura civil-militar brasileira em *Volto Semana que Vem*, de Maria Pilla. / Maria Eduarda Francelino Dutra. - Patu, 2025.
 20p.

 Orientador(a): Profa. Dra. Annie Tarsis Moraes Figueiredo.

 Artigo Científico (Graduação em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

 1. Resistência. 2. Memória. 3. Ditadura. 4. Fragmentação narrativa. 5. Feminino. I. Tarsis Moraes Figueiredo, Annie. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

MARIA EDUARDA FRANCELINO DUTRA

**UMA ANÁLISE DOS VESTÍGIOS DE RESISTÊNCIA À DITADURA
CIVIL-MILITAR BRASILEIRA EM *VOLTO SEMANA QUE VEM*, DE
MARIA PILLA**

Artigo apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus Avançado de Patu (CAP)*, Departamento de Letras Vernáculas, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Aprovada em: 26/11/2025.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ANNIE TARSIS MORAIS FIGUEIREDO**
Data: 28/11/2025 18:41:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Annie Tarsis Moraes Figueiredo (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Documento assinado digitalmente
 **ALYNE ISABELE DUARTE DA SILVA**
Data: 01/12/2025 10:58:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Alyne Isabele Duarte da Silva (Examinadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCA LAILSA RIBEIRO PINTO**
Data: 01/12/2025 10:12:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Francisca Lailsa Ribeiro Pinto (Examinadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

UMA ANÁLISE DOS VESTÍGIOS DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA EM *VOLTO SEMANA QUE VEM*, DE MARIA PILLA

Maria Eduarda Francelino Dutra¹
Annie Tarsis Morais Figueiredo (Orientadora)²

Resumo

Este estudo analisa o romance *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla, como uma forma de resistência literária e memorialística frente à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e argentina. A obra, marcada pela fragmentação narrativa e por uma estrutura que dialoga com a própria fragmentação da experiência histórica, articula memórias pessoais de exílio, prisão, dor e violência com registros históricos, oferecendo uma perspectiva sensível e crítica sobre experiências femininas tradicionalmente silenciadas. A pesquisa investiga de que maneira a escrita da autora confronta o silenciamento imposto pela ditadura, transformando o sofrimento individual e coletivo em um espaço de contestação, no qual memória, subjetividade e linguagem funcionam como estratégias de resistência. Metodologicamente, a pesquisa se desenvolveu com base nas produções bibliográficas de Figueiredo (2017, 2024) e Dalgastagnè (1996) para abordar o espaço de resistência e da dor feminina. A partir de Seligmann-Silva (2022) e Studart (1990) interpretamos a literatura como gesto ético e político frente às políticas de esquecimento, Schwarcz (2017) e Pellegrini (1996) contribuíram abordando a relação entre ficção e o real nos anos de repressão. Dessa forma, o estudo contribui para compreender a Literatura enquanto um dos caminhos possíveis de enfrentamento do autoritarismo, preservação da memória e reflexão crítica sobre os impactos das ditaduras na subjetividade e na vida das mulheres, reforçando a relevância da escrita de Maria Pilla como testemunho histórico e cultural.

Palavras-chave: Resistência; Memória; Ditadura; Fragmentação narrativa; Feminino.

¹ Graduanda em Letras - Portugues pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: eduardadutra@alu.uern.br

² Professora Doutora em Letras - Português da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) E-mail: anniefigueiredo@uern.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O romance *Volto semana que vem* (2015), da escritora brasileira Maria Regina Pilla, apresenta uma narrativa fragmentada e marcada pela densidade da experiência histórica e pessoal. Por viver um contexto atravessado por ditaduras na América Latina, Pilla buscou elaborar, em seus escritos, as memórias do exílio, da prisão, da dor e da violência, sem deixar de lado a presença da solidariedade e dos afetos familiares como forma de resistência.

A autora articula memórias individuais e coletivas para reconstruir, em fragmentos, episódios que mesclam vivências pessoais e registros históricos do Brasil e da Argentina, em plena vigência dos regimes civis-militares. O texto, narrado sob uma perspectiva feminina, dá voz a experiências historicamente silenciadas e reescreve a participação das mulheres no debate sobre memória, resistência e sobrevivência durante a ditadura civil-militar brasileira. O romance reconstrói, por meio de lembranças fragmentadas, episódios de medo, perda e vigilância cotidiana, ao mesmo tempo em que evidencia pequenos gestos de resistência que sobrevivem nos interstícios da vida privada. Ao acompanhar a autora-narradora em suas memórias de infância e juventude, o relato revela como a repressão atravessava lares, corpos e afetos, deixando vestígios que ainda hoje moldam a compreensão do período.

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) consolidou-se como um dos períodos mais sombrios e violentos da história nacional, foi marcado pela censura, perseguição política, tortura e pelo silenciamento das vozes que ousavam lutar e discordar com as decisões do governo. Mesmo com o avanço das políticas de memória e a ampliação dos debates sobre justiça de transição, percebe-se que as feridas desse período ainda permanecem abertas. Uma prova disso é que, nas últimas décadas, o discurso público sobre a ditadura vem sendo disputado, muitos ainda se referem a esse período como “Revolução de 1964”, em uma tentativa de suavizar ou recriar os acontecimentos. Essa reinterpretção do passado evidencia o perigo da negação histórica, um exemplo foi a fala do então deputado (agora ex-presidente) Jair Bolsonaro durante a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido como torturador pelo Estado brasileiro.

Esses episódios demonstram o quanto é urgente revisitar criticamente esse momento histórico, reforçando a necessidade de consciência coletiva sobre as violências do regime e suas consequências para a democracia atual. Nesse contexto, a Literatura se tornou um espaço privilegiado de resistência e de preservação da memória. É nesse cenário que se insere o romance, onde o texto atravessado por uma escrita feminina, denuncia as barbáries e também reivindica um lugar de fala e escuta daqueles que sobreviveram em silêncio diante do horror.

Dessa maneira, o objetivo deste estudo está na análise dos vestígios de resistência encontrados no romance de Pilla, entendidos como expressões literárias que revelam táticas de enfrentamento ao regime. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as manifestações de resistência presentes em *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla, observando como a autora constrói, por meio da memória e da experiência feminina, uma escrita que confronta o silenciamento imposto pela ditadura civil-militar brasileira. Atrelado a esse propósito mais amplo, o objetivo específico é investigar como a narrativa transforma a dor e o deslocamento

em um espaço de contestação, em que memória, subjetividade e linguagem se configuram como formas de resistência ao apagamento histórico.

A literatura de resistência, no Brasil, tem sido amplamente estudada em obras publicadas durante ou logo após a ditadura civil-militar, configurando-se como uma vertente significativa dentro da Literatura Brasileira Contemporânea. Essa vertente se caracteriza por abordar temas como repressão, censura, exílio, memória e identidades, utilizando a linguagem literária como forma de contestação e denúncia das violências do regime. Com destaque para pesquisas de Regina Dalcastagnè (1982), Márcio Seligmann-Silva (2022) e Eurídice Figueiredo (2017, 2024), que apontam a escrita como espaço de denúncia e reelaboração da memória.

Estudos mais recentes da obra de Pilla, como o de Claudia Caimi (2021), ampliam essa discussão ao evidenciar a fragmentação narrativa como uma estratégia estética e política. Já Cristina Napp dos Santos e Cláudia Lorena Fonseca (2022) enfatizam o caráter de resistência feminina presente na narrativa, destacando a forma como Pilla transforma o espaço prisional em território de solidariedade, afeto e sobrevivência.

Contudo, ainda há uma lacuna em relação a obras contemporâneas, como *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla, que revisitam o período e oferecem novas perspectivas, especialmente no campo da escrita das mulheres desafiando os arquivos oficiais. Diante disso, o problema que orienta este estudo é a pouca atenção dada pela crítica ao modo como Maria Pilla narra a experiência da ditadura a partir de fragmentos de memória, exílio e subjetividade. Parte-se da hipótese de que sua narrativa, ao destacar vozes femininas e tensionar o esquecimento, configura-se como forma de resistência literária, política e memorialística.

A relevância da pesquisa está em ampliar o olhar sobre a literatura de resistência, valorizando a produção escrita por mulheres e reconhecendo seu papel na preservação da memória coletiva e no enfrentamento do autoritarismo. De acordo com Durão (2020, p. 39.),

A escolha do objeto já é uma oportunidade para o exercício da imaginação crítica e quanto menos evidente ele for à primeira vista, tanto mais interessante poderá ser a interpretação. Ela pode envolver uma visada ampla e articular coisas diferentes, contraditórias ou aparentemente incompatíveis, assim como pode corresponder a um aspecto interno de uma obra.

Então a presente pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza qualitativa, possui caráter bibliográfico e abordagem interpretativa e descritiva. Esses elementos foram escolhidos devido à complexidade dos componentes simbólicos, subjetivos e históricos que incidem dentro de *Volto semana que vem* (2015), e também pela necessidade de compreender como a escrita feminina opera como espaço de resistência e reconstrução de memória no contexto da repressão política.

Esta análise fundamenta-se em uma base teórica que une os conceitos de memória, resistência e escrita feminina no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Eurídice Figueiredo (2017-2024) discute a Literatura enquanto espaço de denúncia e preservação da memória coletiva, ressaltando que o esquecimento histórico perpetua as violências do passado. Regina Dalcastagnè (1982), em *O espaço da dor*, analisa como o ambiente literário torna-se um território simbólico de resistência, em que a dor se converte em força política. Tânia Pellegrini (1996) defende que a escrita é um ato de solidariedade histórica, pois texto e contexto se constroem mutuamente, e cada narrativa reflete as tensões de seu tempo. Já Márcio Seligmann-Silva (2022) aborda a literatura de testemunho como um gesto ético e

político de enfrentamento às “políticas do esquecimento”, mostrando como a arte pode reinscrever as experiências traumáticas e ressignificar o passado. Heloneida Studart (1990) enfatiza a força da escrita feminina ao afirmar que as mulheres, ao narrarem suas vivências corporais e emocionais rompem com o silêncio imposto pela sociedade patriarcal. Pensando nisso, as ideias desses autores permitem compreender como Maria Pilla transforma a dor em memória e resistência, reescrevendo a história a partir de uma voz feminina.

O artigo organiza-se em quatro seções principais, além das subseções analíticas. Tendo as Considerações Iniciais, seguido pelo primeiro tópico que fala sobre a “Literatura e ditadura”, discutindo a função da Literatura enquanto caminho de resistência e de preservação da memória durante o regime civil-militar, evidenciando como a escrita enfrentou a censura e deu voz às experiências silenciadas. No subtópico da primeira seção 2.1, “Literatura e História dentro do romance”, analisa-se o diálogo entre ficção e realidade, mostrando como a obra articula experiências individuais e coletivas da repressão, abordando o conceito de “denegação” (Figueiredo, 2024) e a necessidade de lembrar as violências apagadas da história. Já no subtópico 2.2, “As figuras femininas contra a ditadura civil-militar”, foca na atuação das mulheres como agentes de resistência política e simbólica, discutindo como a escrita feminina rompe o silêncio patriarcal e denuncia o uso do corpo como campo de dominação e sobrevivência.

Na 3ª seção, “A fragmentação narrativa e memória em *Volto semana que vem*” investiga a estrutura fragmentária do romance, interpretando-a como reflexo do trauma e da impossibilidade de narrar o horror de forma linear. Seguindo pelos subtópicos 3.1 que comenta sobre “A construção da memória no romance”, onde examina-se como a autora entrelaça memórias pessoais e históricas, revelando a dimensão política da lembrança e o perigo do esquecimento e o 3.2 no qual analisa-se “A construção da resistência do romance”, o texto demonstra a resistência como sobrevivência e preservação da palavra, destacando como a dor e a violência se transformam em ato político.

Nas Considerações Finais, o artigo retoma as discussões centrais, reafirmando que a escrita de Maria Pilla é uma forma de resistência literária e memorialística, que enfrenta o autoritarismo e reescreve o passado sob uma perspectiva feminina e ética. Retoma-se, sobretudo, os resultados alcançados ao longo da pesquisa, que evidenciam como a fragmentação narrativa, a rememoração e a subjetividade feminina se articulam como estratégias de enfrentamento ao esquecimento histórico.

2 LITERATURA E DITADURA

A Literatura é, para muitos, um campo de construção de sentidos que atravessa épocas e contextos históricos. Ela dialoga com a realidade e registra conflitos que muitas vezes são silenciados pela narrativa oficial. Dentro do contexto ditatorial ela se torna um espaço de resistência e denúncia frente a censura e repressão institucionalizada nas sociedades.

No Brasil, essa dimensão tornou-se ainda mais evidente durante a ditadura civil-militar (1964-1985), nessa época a repressão política e a censura configuraram um cenário de violência e apagamento histórico. A Literatura, nesse contexto, se fortaleceu para que pudesse sobreviver durante esse período, visto que muitos dos livros, cartas ou qualquer outro tipo de movimento artístico que criticasse o governo

e a ditadura eram submetidos à censura. Então, utilizando de recursos simbólicos como metáforas, alegorias e fragmentos, os escritores e artistas conseguiram contornar a vigilância do Estado e se esquivar e encontrar meios de denunciar a violência e preservar sua liberdade criativa em meio de todas as limitações impostas.

Além de ser um dos meios principais de resistência, a Literatura assumiu um papel essencial na preservação da memória. Diante do regime que buscava controlar as narrativas e suprimir os relatos de horror do que acontecia na época, a escrita literária atuou como contra arquivo, registrando as experiências pessoais e coletivas. Os textos se tornaram testemunhos, construindo uma memória inquestionável de todo o sofrimento e violência do autoritarismo brasileiro.

Dessa forma, a Literatura se liga à ditadura como forma de denúncia e de reflexão sobre as consequências sociais e subjetivas da repressão. Questões sobre trauma, silêncio, injustiças sociais e reconstruções identitárias atravessam esse período mostrando como ela se tornou um caminho de elaboração de crítica política, afirmando seu papel transformador, capaz de questionar “verdades” oficiais e alimentar os processos de resistência.

2.1 Literatura e história como espaço de resistência

A relação entre Literatura e História tem se mostrado um campo fértil de investigação, principalmente quando analisamos narrativas que foram produzidas em contextos de repressão política. *Volto semana que vem* (2015) se inscreve nesse espaço como uma literatura de resistência, que dialoga de forma intensa com os processos históricos da ditadura civil-militar em países da América Latina, mas, sobretudo, no Brasil. O romance, em sua construção, possui uma escrita fragmentada, ele não se limita a registrar os eventos vividos pela autora, mas também se constrói enquanto testemunho da violência. Ao mesmo tempo em que produz memória, exige reflexão e provoca pensamentos críticos a aqueles que leem. Em um dos trechos, Pilla narra um dos horrores da espera de uma comissão de militares no presídio:

Ainda estávamos em Olmos, e sabíamos da comissão de militares que percorria os presídios para atualizar – eufemismo para renovar violências – os dossiês dos presos políticos. Isso poderia, possivelmente, novos interrogatórios, novos constrangimentos e, quem sabe?, novas torturas. A espera pela comissão foi uma agonia. Além dos dilemas individuais de como responder a tal ou qual pergunta ardilosa – os *z* eram estabelecidos com base em informações policiais (Pilla, 2015, p. 18).

Esse excerto evidencia como a Literatura, ao narrar a experiência da espera, se inscreve dentro do corpo de todos aqueles que viveram a angústia de existir sob constante ameaça da ditadura. Não se trata de um relato individual, mas de uma representação simbólica e histórica de uma geração marcada pelo medo, pela violência e pela falha dos mecanismos institucionais de proteger e cuidar de seu povo. A escrita de Pilla se aproxima da História como registro das experiências humanas que escaparam (ou foram brutalmente apagadas) dos documentos oficiais.

Ao longo do romance, a narrativa se converte em um recurso literário que evidencia o tempo suspenso imposto pela ditadura. Esse tempo paralisado ultrapassa os limites do cárcere e alcança o cotidiano das famílias, que igualmente permanecem à mercê da ausência e da incerteza. Esse tempo vai além das paredes

da prisão e afeta o dia a dia das famílias, que também ficam à mercê da falta e da dúvida. A história de Pilla, nesse aspecto, enriquece a compreensão sobre a repressão, pois revela que a agressão não se limitava ao ambiente da cadeia, mas se estendia à vida cotidiana, desgastando relações, enfraquecendo vínculos e deixando no tecido social uma persistente sensação de instabilidade e temor. É nesse sentido que a reflexão de Seligmann-Silva pode aprofundar o nosso olhar sobre a matéria elaborada por Pilla, já que para ele:

A memória da violência da ditadura (assim como de toda nossa história da violência no Brasil) ainda é recessiva diante da visão edulcorada de nosso passado com seus 'heróis' conquistadores. Nesse jogo de imagens-lembrança, vemos como inscrição e desligamento atuam concomitantemente o tempo todo (Seligmann-Silva, 2022, p. 31).

Seligmann-Silva mostra como os relatos literários se insurgem contra uma memória nacional que insiste em suavizar ou até apagar as marcas dessa violência política-social. Essa “suavização” aparece durante a História oficial do Brasil, com a invasão e genocídio dos portugueses com os povos indígenas e também justamente dentro da ditadura civil-militar, já que parte da sociedade ainda insiste em representar os militares como “heróis”, responsáveis por manter a ordem ou salvar o povo de alguma ameaça causada por aqueles que eram dados como perigosos.

Em um trecho, Pilla narra sobre a Copa do Mundo de futebol, onde, mesmo com tantas pessoas sendo mortas pela ditadura, ainda exigiam felicidade e patriotismo, é dito que: “Em plena ditadura militar, 1970 foi um ano de Copa do Mundo de futebol. Em São Paulo, os edifícios da rua da Consolação exibiam bandeirinhas auriverdes. Bandeiras e gritos Os ares patrioteiros eram exigidos de todos. A maioria obedecia.” (2015, p. 85). Então, o romance resgata os vestígios desse sofrimento e se inscreve como uma lembrança que incomoda, resiste e questiona esses padrões que tentavam encobrir a maldade dos militares na época.

Outro aspecto fundamental nesse diálogo entre Literatura e História é compreender como o processo de elaboração da memória não se limita ao campo individual, mas também atravessa as dimensões coletivas. Figueiredo (2024) explica que o processo psicanalítico envolveria a rememoração e reconstrução do momento traumático por meio da escrita e da narrativa, como uma forma de reprocessar o sofrimento. No entanto, no contexto social, o que geralmente predomina é o processo oposto: o esquecimento coletivo. Esse esquecimento surge do anseio ou da demanda de um grupo social em eliminar ou atenuar os eventos traumáticos. Segundo Figueiredo (2024, p. 27):

A denegação se apresenta como uma dupla negação: afirma que não aconteceu justamente aquilo que efetivamente ocorreu. Essa operação simbólica, típica das sociedades marcadas pela violência política, sustenta o apagamento de episódios traumáticos e legitima uma narrativa oficial que silencia vozes dissidentes. Assim, a denegação se articula à visão do passado, criando uma memória seletiva que exalta “heróis” e apaga a brutalidade da repressão.

O conceito de denegação se torna importante para saber como a sociedade brasileira lidou com os traumas históricos já que ao negar aquilo que efetivamente ocorreu, desde o começo da história do país construiu-se um discurso que silencia as vítimas e legitima uma memória oficial seletiva. Isso se trata então de uma tentativa histórica e repressora de manipulação da memória, que impede uma elaboração crítica do passado e prolonga a permanência desses registros que eram

e são usados para justificar as violências que ocorreram durante quase toda a história.

Seguindo essa perspectiva, Seligmann-Silva (2022, p. 226) argumenta que os impactos da violência instaurada pela ditadura militar no Brasil não se encerraram com o fim do regime, permanecendo ainda hoje, mesmo após quatro décadas da anistia e mais de três décadas do término oficial da ditadura. Tal violência não se restringe ao âmbito simbólico e jurídico, uma vez que a continuidade de práticas como a tortura e o desaparecimento de pessoas está relacionada à ausência de uma elaboração efetiva, tanto simbólica quanto jurídica surge acerca dos crimes perpetrados naquele período. Nesse sentido, as medidas até então adotadas revelam-se insuficientes diante da necessidade de reparação histórica e de responsabilização.

Em *Volto semana que vem* (2015), o gesto de narrar por meio dos fragmentos atua como resistência justamente contra esse mecanismo de denegação. Ao expor os dossiês, as torturas, a necessidade do exílio de sua família, os constrangimentos e a constante ameaça de novos interrogatórios, a obra impede que o esquecimento se sobreponha à memória, recusando o pacto de silêncio que parte da sociedade insiste em firmar. Em um trecho Pilla narra:

Coisa de exilados em Paris, muitos foram ao jogo da Seleção Brasileira no estádio Parc des Princes, o "Maracanã" deles. Coisa de militantes, fomos também, para desfraldar uma enorme bandeira anunciando que o Brasil - campeão do mundo de futebol - era o campeão do mundo da tortura (Pilla, 2015, p.86.)

Essa inscrição da memória traumática no romance evidência o papel da Literatura como força política e de resistência histórica. Lilia Schwarcz (2019, p.23) afirma que “a função da história é deixar um lembrete daquilo que se costuma fazer questão de se esquecer, pode-se dizer que a literatura ao lado da história busca cumprir aquilo que as fontes oficiais tentaram esconder”. Então não se trata de construir uma imagem idealizada de um país, mas de lançar luz sobre as estruturas violentas, autoritárias e opressoras que marcaram o passado e que continuam ecoando no presente.

Em um de seus aniversários Maria Pilla relata: “Ninguém morreu naquele dia, mas é um pensamento confortador para uma filha ter” (2015, p. 27). Esse comentário atravessa o leitor com um alívio mórbido que o mínimo que ela poderia celebrar seria a ausência da tragédia e isso já virava um consolo. Isso demonstra o quanto da vida da autora, nesse momento histórico importante, estava tomada de medo de perder aqueles que amava.

Esse momento também destaca como o romance cria uma experiência coletiva a partir do íntimo, pois o alívio sentido por Pilla vai além de sua vivência pessoal e retrata a realidade de muitas famílias que lidavam com a ausência e a incerteza. A celebração de um aniversário, evento que geralmente é marcado pela alegria e comemoração da vida, é permeada por um peso político que transforma o significado da comemoração. O que deveria ser um ambiente de carinho e compartilhamento familiar transforma-se em um lembrete da vulnerabilidade frente ao Estado autoritário, evidenciando como a violência ditatorial permeia até os rituais mais simples e cotidianos.

Em um dos capítulos narra a sua saída de casa e a preocupação do seu pai (o capítulo que contém o título do livro), Pilla diz: “O pai vestia um pijama claro, estava em pé na cozinha. Eu deveria sair por uns dias. Quis exagerar para não

assustar, se demorasse mais que o previsto. Uma semana e estaria de volta. Poxa, tanto tempo assim? Mando notícias.” (2015, p.29). Dessa forma, o título do romance, *Volto semana que vem*, carrega uma promessa inquietante, quase uma ironia dolorosa diante do contexto da ditadura civil-militar brasileira. A ideia de “voltar” sugere uma normalidade que, para muitos, foi brutalmente interrompida pela repressão. Durante esse período, inúmeras pessoas saíam de casa para trabalhar, estudar ou simplesmente viver, acreditando que retornariam em poucos dias mas eram surpreendidas pela violência institucionalizada, pelos sequestros realizados por agentes do regime e pela máquina repressiva que consumia vidas e histórias. Assim, o título do livro convoca o leitor a confrontar essa ausência: a de quem partiu prometendo retorno, mas foi silenciado antes que pudesse cumprir a palavra.

Nesse sentido, a narrativa de Maria Pilla ressoa como um eco das experiências de famílias que esperavam, semanas, meses ou anos, por notícias de pessoas que jamais voltariam. A promessa contida no título também funciona como um gesto de resistência, porque preserva a memória daqueles que foram arrancados de suas rotinas e afetos. Ao relacionar essa expectativa de retorno com a realidade das prisões ilegais, desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos pelo Estado, o livro tensiona a dimensão íntima e cotidiana da ausência provocada pela ditadura.

É um exemplo do que Regina Dalcastagné (1996) chama de “espaço da dor”, onde o espaço isolado (sua família e sua casa) se torna contaminado pelo espaço externo (a ditadura e suas violências). Por isso o romance de Pilla, ao rememorar as torturas, prisões, exílios e o medo dentro do cotidiano, fortalece-se como um lembrete histórico e testemunhal. Esse movimento literário mostra como a ficção pode atuar como suplemento à História, reconstruindo as dores e as experiências que dificilmente encontramos nas histórias e registros oficiais da época. Essa memória escrita desafia e descreve os dilemas íntimos de seus personagens que representam aqueles que viveram dentro da ditadura civil-militar.

É no entrelaçamento entre Literatura e História que emerge a possibilidade de construir um outro olhar sobre o passado, que não seja o do apagamento, mas sim da inscrição crítica das dores e dos traumas. O romance recorda e interpela o presente, convocando-nos a não repetir os erros do passado.

2.2 As figuras femininas contra a ditadura civil-militar

Durante o período da ditadura civil-militar brasileira, as mulheres, em sua grande maioria, se encontravam em uma posição de dupla resistência, pois enfrentavam a sociedade patriarcal, que durante grande parte da história, prendia, controlava e violentava as figuras femininas e também viviam a repressão política no país. A escrita feminina, historicamente, enfrentou barreiras impostas por um cânone literário que era composto por homens, brancos e elitistas, por isso suas vozes e escritas foram submetidas ao silenciamento ou a desvalorização, sendo vistas como incapazes ou até mesmo ilegítimas.

No entanto, foi nesse lugar de silenciamento que surgiram textos literários carregados de potência política e de resistência, que eram capazes de questionar normas culturais e sociais. Em *Mulher, a quem pertence teu corpo?* (1990), Heloneida Studart disserta o seguinte:

[...] Se todas as mulheres escrevessem, mesmo com má gramática e mau estilo, sobre o que passaram em seus corpos e suas mentes desde a primeira vez que se deitaram com um homem, nós teríamos um espantoso mapa de desencontros, constrangimentos, frustrações, ressentimentos. As mulheres precisam se ouvir e se apoiar umas às outras para fazer emergir o feminino na sociedade. Nada do que é das nossas irmãs nos deve ser indiferente (Studart, 1990, p. 56).

Sabendo disso, ao longo de quase toda a história e, de modo mais intenso, no período ditatorial, as mulheres atuaram para além do campo estético, assumindo também um papel político e memorialístico. Essa literatura, em especial no contexto da ditadura, exerceu uma ação potente frente à resistência política e ao machismo da sociedade. A história narrada por Pilla rompe o silêncio e reivindica esse espaço de enunciação e memória, inscrevendo experiências que passavam a não se prender ao estilo que era imposto pela estética masculina e elitista.

Por isso a força da mulher contra a ditadura não pode ser minimizada a um papel secundário ou complementar. Em vez disso, elas desempenharam papéis variados de resistência, algumas na luta armada, outras na militância estudantil e sindical, e muitas por meio da escrita, da preservação da memória e da recusa ao silêncio. Essa variedade de ações evidencia que, mesmo diante de uma repressão severa, as mulheres conseguiram converter a dor em força, desenvolvendo táticas para resistir à opressão e marcar sua presença na história.

Ao narrar o íntimo e o político, Pilla dá forma a uma escrita que legitima a potência política e existencial das mulheres no contexto da ditadura, apontando que, o que estava em jogo nunca foi sobre os critérios formais ou como escrever, mas sim sobre o controle estatal dos corpos, mentes e palavras femininas. Em uma parte do seu livro ela narra como a ditadura se enraizou no cotidiano e como essas mulheres foram protagonistas de estratégias de resistência silenciosa, reivindicando a escrita como forma de burlar a repressão, é dito o seguinte:

Criamos o hábito de numerar nossas cartas para controlar se todas eram entregues. Talvez por isso, por espírito de revide, ela um dia me disse que dali em diante deveria escrever em espanhol. A correspondência era censurada somente para os condenados pela Justiça. Não era o nosso caso, pois nem sequer havíamos sido levadas à presença do juiz. Era o estado de sítio a suprimir as garantias individuais (Pilla, 2015, p. 93).

Essa prática de numeração de cartas mostra como a comunicação, mesmo reduzida ao mínimo possível, era cuidadosamente administrada pelas mulheres (as que ainda não haviam sido condenadas e levado a juízo) em um cenário de vigilância extrema, onde a censura ameaçava cortar toda e qualquer tentativa de comunicação daqueles que se opusessem contra o regime. Essa numeração se tornou um método de segurança e um ato de resistência, na medida que expunha maneiras de como utilizar a escrita para contornar o silenciamento.

Esse deslocamento linguístico mostra a força e a capacidade feminina de se reinventar em meio a condições extremas, essas cartas se tornaram documentos de denúncia e resistência das mulheres da época, transformando-as em uma arma de sobrevivência política. No livro de Eurídice Figueiredo, *Mulheres contra a ditadura* (2022, p. 49), ela descreve a experiência de figuras femininas que foram presas nesse mesmo período ditatorial e afirmaram que o fato de ser mulher “intensificava” a raiva dos torturadores, pois além de militantes, elas eram também agentes políticos. Figueiredo cita Ferreira (1996, p. 127):

(...) elas não perceberam na época o alcance de suas experiências; hoje, entretanto, têm consciência de que sua ação política representou um movimento de vanguarda e que seu comportamento abriu uma nova frente para a inserção das mulheres na vida pública.

Então, é possível entender que muitas dessas mulheres, inicialmente, não tinham a consciência do alcance histórico das suas ações e nesse ponto percebe-se que o testemunho literário e memorialístico se torna uma prova incontestável do que foi vivido por centenas de outras pessoas abrindo novas frentes de inserção feminina na vida política. São com essas vivências, escritas e ditas que começamos a compreender de fato as ações truculentas do Estado e a força feminina que mesmo sob tortura não se calou.

Em *O espaço da dor* (1996, p. 134), Regina Dalcastagne escreve o seguinte: “adaptar-se às condições objetivas da tirania para, ainda dentro delas, conseguir reagir e resistir era regra básica para a sobrevivência”. Isso significava que “adaptar-se” não se traduzia em submissão, mas em uma estratégia onde as pessoas perseguidas pelo regime pudessem encontrar oportunidades para continuar a resistência de outra forma. Foi utilizando dos estereótipos que o próprio patriarcado atribuiu a essas mulheres, e assim, elas os moldaram à situação para conseguirem sobreviver.

A respeito a essas figuras femininas, essa resistência se manifestava de maneira ainda mais forte, visto que de acordo com Figueiredo (2022) algumas dessas mulheres utilizavam o sangue da menstruação como forma de parar as sessões de tortura, alegando que estavam tendo hemorragia, outras desmaiavam alegando que eram “frágeis” e assim conseguiam manipular os policiais para que pudessem sair vivas de mais uma sessão. Em contraponto, além das estratégias de tortura convencionais o abuso sexual, também citado por Figueiredo (2022), era uma das práticas mais comuns dentro do contexto da ditadura civil-militar no Brasil. Os corpos femininos eram tomados sem permissão, sem escrúpulos e nas sessões de torturas passaram a ser reduzidas a instrumentos de dominação e violência, com o objetivo de eliminar tanto a resistência política quanto a dignidade e a subjetividade dessas mulheres. Esse tipo de tortura reforçava a lógica patriarcal que permeava o regime e buscava humilhar e silenciar as militantes, transformando a violência sexual em um instrumento de controle social.

No romance, Pilla relata outro episódio marcante, a história de Cachita, mãe de um militante que, ao ser pressionada, recusou-se a ceder e a denunciar o próprio filho, sofrendo, por isso, as inevitáveis consequências impostas pela ditadura civil-militar:

Desnaturada era a mãe que não denunciava o filho. Ela, Cachita, não denunciara. Dois segredos guardou com unhas e dentes: a idade e o endereço do filho, militante da organização peronista Montoneros. Foi detida em casa.

“O senhor pode, por favor, guardar a minha dentadura?”

“E por que eu faria isso?”

“Vocês fazem as pessoas sofrerem... Nesse caso eu vou gritar, e a dentadura pode cair no chão e quebrar. Os senhores com certeza não vão me pagar outra nova, não é?”

Com os olhos envolvia o policial, querendo imaginar sua reação. Já calculava o custo de uma dentadura nova. (Pilla, 2015, p. 20).

No trecho, Cachita demonstra a sua dignidade diante a repressão, sua coragem de pedir ao policial que segurasse uma parte sua, para que quando

gritasse de dor, não a perdesse. Esse relato mostra que mesmo em situações extremas as mulheres ainda encontravam brechas para a coragem e para desafiar, aos seus modos, a lógica opressora, usando astúcia e palavras que atravessavam o medo da tortura como forma de resistência simbólica. A resistência feminina, portanto, se dava nas trincheiras das lutas armadas, nos protestos ou nos tribunais, também dentro da recusa cotidiana, do enfrentamento do medo e na proteção daqueles que amavam. Elas atuaram diretamente defendendo e preservando a vida e os segredos daqueles que faziam o possível para sobreviver e lutar por um Estado livre.

Esses testemunhos e essas narrativas desmontam o imaginário que, ao longo da história, foi considerado normal: a imagem de mulheres tradicionais, associadas à passividade e à fragilidade. Ao contrário, revelam que, em tempos de exceção, elas assumiram posições centrais na resistência política e cultural. Em entrevista para a RedeTV! (2017), a ex-presidenta Dilma Rousseff falou sobre quando foi submetida aos métodos de tortura da ditadura civil-militar brasileira, ela disse: “você não podia chorar, você controla para que nas situações extremas você não chore... não é necessário chorar para sofrer, é diferente de trauma. Chama-se assim: repressão política”. Isso evidencia principalmente que a repressão política buscava não apenas punir fisicamente, mas também quebrar a resistência psicológica das mulheres.

É isso que Dalcastagnè comenta em *Mulheres contra a ditadura* (2024), a teórica diz que a escrita e as histórias femininas dessa época não podem ser consideradas como auto centradas pois elas lutaram contra a condição onde se encontravam, para conseguir infringir as regras impostas pela sociedade que buscavam torná-las somente um “enfeite” ou um “prêmio”, que precisam ser mantidas caladas e sem poder para assumir as suas próprias vidas.

Ao analisar a trajetória das mulheres em tempos de dificuldade, seja durante a ditadura civil-militar no Brasil ou em outros cenários de opressão, fica evidente que a força feminina atuou como um motor fundamental para a resistência e a mudança social. Ao longo da história, em meio a guerras, regimes autoritários, repressões políticas e crises sociais, as mulheres têm desempenhado funções que ultrapassam os limites impostos pela ordem patriarcal, transformando o espaço privado em um campo político e a subjetividade em um caminho de denúncia. Esse movimento se conecta diretamente com o romance de Pilla já que a escrita feminina expõe o caráter estrutural da repressão e revela o quanto as memórias femininas são poderosas para ressignificar esses momentos de medo e violência.

Portanto, essa capacidade de converter a dor em ação e de ressignificar a vulnerabilidade em potência demonstra que, mesmo quando marginalizadas pela trajetória oficial, elas conseguiram encontrar formas de marcar sua presença e reivindicar sua voz. Seja por meio da escrita literária, que preservou memórias e desafiou o esquecimento; seja pela militância direta, que colocou em risco as suas próprias vidas; ou pelo cuidado coletivo, que assegurou a sobrevivência de comunidades inteiras em tempos de repressão, as mulheres mostraram que sua força não está apenas na resistência silenciosa, mas também na coragem de confrontar sistemas que tentavam apagá-las, controlá-las e destruí-las.

3 FRAGMENTAÇÃO NARRATIVA E MEMÓRIA EM VOLTO SEMANA QUE VEM

Quando falamos sobre a escrita fragmentária dentro do romance, revela-se uma escolha estilística de Maria Pilla e também um recurso que é capaz de traduzir o caráter traumático das experiências vividas durante a ditadura civil-militar. A narrativa descontínua, marcada por silêncios, cortes e quebras temporais reflete a impossibilidade de organizar, de forma linear, todos os acontecimentos atravessados pela violência e repressão. É o que afirma Seligmann-Silva (2022), quando diz que a literatura traumática é atravessada por marcas de apagamento e ruptura, a dor e o sofrimento atuam como agentes apagadores da memória, para proteger a pessoa traumatizada.

Nesse caso, pode-se entender que a fragmentação usada por Pilla funciona como alegoria da memória que foi dilacerada pelas dores e pelas tentativas de resistir a esse apagamento histórico. Além disso, a fragmentação desses relatos aproximam-se da natureza memorialística, que se organiza por lembranças de certos momentos, como flashes que contém lacunas temporais. No romance, o entrelaçamento entre a memória individual de Pilla e a memória coletiva das pessoas perseguidas pelo regime evidenciam as dimensões sociais que a obra abarca.

Dessa maneira, é importante destacar como a fragmentação se articula a uma escrita feminina de memória que buscando escrever o passado, com intenção de registrar os horrores vividos, rompe o discurso linear e objetivo da historiografia oficial. Como observa Tânia Pellegrini, em *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70* (1996), a escrita atua como um preenchimento dessas “gavetas” revelando as lacunas que o discurso hegemônico se esforçou em manter. Ou seja, ao mesmo tempo que existe essa escrita fragmentária, Pilla reconstrói sua narrativa, preservando suas vivências e garantindo que o esquecimento não prevaleça. A fragmentação na obra assume caráter político, inscrevendo dor e resistência como partes indispensáveis da memória nacional.

3.1 A construção da memória dentro do romance

A memória em *Volto semana que vem* (2015) se constrói como um fio que conduz a narrativa articulando lembranças pessoais da autora com episódios históricos que marcaram a vida política dentro de quase toda a América Latina. A obra se inscreve enquanto um exercício de construção e rememoração, ela não se limita ao íntimo, mas insere experiências coletivas que revelam as marcas cruéis da repressão política durante toda a sua vida. Nesse sentido, Pilla destaca uma memória de infância onde foi marcada por um evento traumático, o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 e, sobretudo, o impacto nacional e doméstico que a tragédia provocou, ela narra:

Alguns dias depois o irmão do pai, o único na família que tinha automóvel, veio à nossa casa e nos levou para ver os destroços. Eu continuava com febre alta. O que vimos foi demais para nossa sensibilidade. Em certos lugares, os móveis ainda fumejavam. Os escombros eram altos; as cadeiras, retorcidas, folhas e mais folhas de papel ardiam pelo chão. Olhando para o alto, víamos algumas paredes enegrecidas, portas derrubadas com fúria.

Naqueles dias dos meus oito anos, Getúlio enveredou para a eternidade enfrascado num pijama listrado (Pilla, 2015, p. 29).

Esse episódio articula uma memória íntima e histórica, sua experiência infantil acompanhando esse momento do suicídio presidencial, evento que marcou a história nacional e reforça o recurso narrativo de como as experiências pessoais são indissociáveis dos acontecimentos políticos sociais. Pilla evidencia que a recordação não se dá de forma geral, cada pessoa que viveu esse momento, experienciou ele de um modo diferente e é por isso que escrever essas experiências particulares são, de algum modo, coletivas.

Além disso, a escolha narrativa de sobrepor a sua vivência quando era apenas uma criança doente demonstra um mecanismo de construção literária que aproxima o leitor dos grandes acontecimentos históricos da época. Enfatiza também o detalhe dos “móveis fumegando” e das “cadeiras retorcidas” que ilustra a intensidade do trauma e da memória e também simboliza as ruínas de um país que se via abalado diante da perda do seu líder. O espaço da literatura cumpre aquilo que Pellegrini (1996) descreve como “memória crítica” ao revelar que todo fragmento pessoal tem uma dimensão social, e nesse contexto, política.

A narrativa também resgata momentos centrais da repressão como a assinatura do Ato Institucional Número Cinco (AI-5)³. O registro dessa memória ganha tons de ironia pois comenta sobre o desmoronamento de um movimento estudantil que é narrado através de um detalhe quase banal: a compra de grandes quantidades de pães. Pilla narra:

Costa e Silva assinara o AI-5. O congresso clandestino da UNE, União Nacional de Estudantes, em Ibiúna, caíra, Resultado, comentavam, da indiscrição de um dono de armazém intrigado com a compra de mil pãezinhos naquele lugarejo modesto (Pilla, 2015, p. 32).

Esse deslocamento narrativo evidencia como a memória guarda os absurdos e o caos que compõem a história. Eurídice Figueiredo (2022, p. 27), comentando sobre a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, diz que “ao não relembrar os crimes da ditadura, ao não punir os responsáveis, repete, em forma de ação, a ditadura”. O paralelo entre o detalhe que seria aparentemente insignificante e a escrita crítica de Figueiredo evidencia que, quando a memória é silenciada ou minimizada, cria-se um espaço para que os erros do passado se repitam sob novas manifestações.

A memória dentro da literatura de resistência é a parte principal e mais importante, Seligmann-Silva (2021) mostra, ao comentar sobre a obra de Kucinski, que há uma dimensão essencial dessa relação entre literatura e memória: a duplicação da realidade como forma de provocar o leitor e levá-lo ao estranhamento. Ele diz:

A duplicação irônica permite um distanciamento crítico, estranhar o estranho, ou seja, criticar a naturalização da barbárie. No âmbito da construção narrativa, a história evidentemente envereda pelo ficcional com mais soltura, mas os fatos igualmente absurdos aí narrados não deixam de duplicar novamente o que ocorre em volta de nós, hoje, mesmo que com tons talvez mais acentuados. Não estamos diante da alegoria, mas de um tipo de realismo decantado de uma situação histórica ela mesma marcada pela repetição [...] (Seligmann-Silva, 2021, p. 237).

³ O Ato Institucional Número Cinco (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968 durante o regime militar brasileiro, foi a medida mais dura do período autoritário. Ele suspendeu garantias constitucionais, fechou o Congresso Nacional, ampliou a censura, autorizou prisões sem mandado judicial e institucionalizou mecanismos de repressão que marcaram profundamente a vida política, cultural e social do país.

Essa leitura de Seligmann-Silva destaca um elemento fundamental da literatura memorialística, que é a habilidade de impactar o leitor ao revelar a barbárie oculta sob a aparência de normalidade. Ao dizer que a duplicação irônica possibilita “estranhar o estranho”, ele alerta sobre o perigo de normalizar a violência institucional. A estratégia de incorporar, quase literalmente, decretos e medidas absurdas à narrativa evidencia o quanto esses mecanismos do poder, ao serem repetidos e vivenciados no cotidiano, estão propensos a se tornarem banais. É exatamente nesse ponto que a literatura atua, desnaturalizando o que foi normalizado.

Essa ideia de naturalização da barbárie é especialmente impactante, pois evidencia que o autoritarismo não precisa se estabelecer apenas por meio da violência explícita, mas também por meio do costume, da repetição e da indiferença coletiva. Dentro da obra, Pilla fala sobre o aborrecimento que Marighella causava com seus poemas polêmicos, ela diz: “Carlos Marighella, dizem, começou suas andanças carcerárias por causa de um poema. Um poema certamente debochado, que não agradava as pessoas de bem. E muito menos os quepes que assolavam o país” (Pilla, 2015, p. 34). Quando a violência se torna parte da vida cotidiana, a pessoa deixa de vê-la como chocante, e o absurdo se instala como regra. Isso se evidencia quando o fato de ir preso várias vezes por escrever poemas se tornou normalizado.

Na construção memorialística de *Volto semana que vem*, a lembrança ilustra de maneira contundente o processo de naturalização da barbárie. Pilla registra esses episódios buscando provar os horrores e a banalização desses absurdos. Nesse sentido, a memória construída pela autora funciona como denúncia: ao relembrar esses episódios, ela resgata a dimensão de choque que a sociedade da época parecia já não perceber. Em um dos trechos é revelado uma tensão fundamental da memória em contextos autoritários, a violência explícita e suas consequências ao passar dos anos. A cena que evidencia o sequestro, à vista dos pedestres, de um professor ligado ao PRT, mostra a naturalização da brutalidade. A menção a Arturo Frondizi, ex-presidente argentino, reconhecendo o corpo do irmão morto com cinquenta e dois tiros reforça a dimensão chocante da repressão. Nele é dito:

Os pedestres espreitam da esquina, despidorados, o sequestro do professor, militante do PRT e advogado de presos políticos. Pouco depois, Arturo Frondizi, ex-presidente argentino, reconhecia o corpo do irmão, deformado por cinquenta e dois tiros.

Trinta e cinco anos depois, em 2009, Rodolfo Almirón Sena, um dos chefes da organização paramilitar Alianza Anticomunista Argentina, a Triple A, sentou-se no banco dos réus (Pilla, 2015, p. 96).

Da mesma forma, na literatura, a referência ao julgamento tardio de Rodolfo Almirón Sena não se restringe a atualizar a narrativa historicamente; ela também provoca uma reflexão sobre como a memória é continuamente negociada entre o esquecimento e a justiça. O intervalo de 35 anos entre o crime e a punição demonstra o quanto a barbárie pode permanecer oculta, persistindo ao longo do tempo como um fantasma político. Ao entrelaçar esses tempos distintos, Pilla utiliza a memória como uma ferramenta crítica, não só homenageando os mortos e perseguidos, mas também enfatizando a importância de lembrar. Ela defende que o passado não é um arquivo encerrado, mas uma ferida aberta que segue questionando o presente. Eurídice Figueiredo (2024, p. 36) comenta que:

Ao criar personagens, ao simular situações, o escritor é capaz de levar o leitor a imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres. Assim, a despeito do enorme trabalho realizado historiadores e jornalistas, só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação, pois, como afirma Jacques Rancière (2009, p. 58), “o real precisa ser ficcionado para ser pensado”.

Esse ponto é essencial, pois diferencia o relato documental da experiência estética, enquanto historiadores e jornalistas se concentram na reconstrução factual, a literatura proporciona uma mediação sensível, possibilitando que o terror seja experimentado emocionalmente, e não apenas compreendido de forma racional. Nesse contexto, a ficção não distorce a realidade, mas permite que ela seja considerada em toda a sua complexidade.

Ao adotar uma estrutura fragmentada, Pilla representa na própria forma literária a vivência do trauma, que se apresenta de forma quebrada, irregular e incompleta. Os fragmentos, frequentemente constituídos por memórias súbitas, lembranças pessoais interrompidas e episódios de violência narrados de maneira concisa, não só retratam o passado, mas também o fazem reviver no momento da leitura. Desse modo, ela cumpre o que Figueiredo sugere e cria um ambiente no qual o leitor é convidado a imaginar e a vivenciar a arbitrariedade da ditadura, não como um fato histórico distante, mas como uma experiência que surge de forma desorganizada e perturbadora.

3.2 Formas de resistência dentro do romance

No romance, Pilla apresenta a resistência de uma forma não gloriosa e não idealizada, ela é marcada pela violência, pelo sofrimento e pela constante ameaça de morte que caracterizavam o dia a dia durante o regime civil-militar. O sofrimento físico, os sequestros, as perseguições e as humilhações não são apenas recordados como eventos isolados, mas incorporados à trama como componentes que formam a vivência da personagem e evidenciam a crueldade de um regime que buscava eliminar qualquer chance de contestação. É nesse contexto adverso, onde sobreviver se transforma em um ato político, que a obra desenvolve a noção de resistência: não como um gesto heroico, mas como a perseverança em manter a palavra, a memória e a vida, mesmo diante de ferimentos e com a morte à espreita. Em um dos relatos, ela narra:

Os dois homens me imobilizavam contra a parede por que eu tocara a campainha daquele apartamento. Aos poucos o sangue voltou a circular. Reclamei que precisava ir ao banheiro. Devo ter mencionado a casa do zelador do prédio, porque eles apertavam o pescoço com o cano da arma querendo saber por que a casa do zelador. [...] Empurrei o máximo que pude a porta empenada e já tirava da bolsa o rolo de papel A4 com meu texto sobre o stalinismo. Aquela papelada tinha de sumir. Não sabia como fazer. No vaso? Melhor não. No ralo da pia! Comecei a forçar algumas folhas que não desciam. Tentei engolir o papel, mas o medo seca a saliva.[...] Estavam me levando dali, e foi um alívio ver o automóvel da polícia de Buenos Aires com os uniformes azuis-escuros dos policiais. Não parecia ser um sequestro dos paramilitares do AAA² (Pilla, 2015, p. 51).

Essa passagem evidencia principalmente a violência e o medo como método sistemático do silenciamento. O corpo contido, ameaçado, se torna alvo imediato da repressão demonstrando como a violência opera enquanto um dispositivo disciplinador, lembrando que a morte era sempre uma possibilidade real. Eurídice Figueiredo (2024) comenta sobre como as autoridades tinham “carta-branca” para eliminar pessoas, que em sua maioria, verdadeiros psicopatas acobertados por um regime sujo e corrupto. É nesse cenário que a resistência se manifesta, mesmo sendo paradoxal e desesperada a tentativa de proteger os papéis ao tentar engoli-los, mostra como a palavra escrita era percebida como uma ameaça tão letal quanto uma arma.

Esse gesto se entende como um valor simbólico do poder da escrita e Literatura como forma de enfrentamento. A dor e o sofrimento estão presentes, no entanto, na própria experiência corporal da personagem, revelando que resistir não se dá em condições ideais, mas em meio a vulnerabilidade, em um corpo que poderia ser facilmente descartado. Isso mostra como a experiência da ditadura era atravessada com uma normalidade cotidiana, Pilla constrói uma narrativa em que a dor é compartilhada e, assim, ressignificada como testemunho e arquivo memorialístico.

Figueiredo (2024, p. 123), falando sobre *Volto semana que vem* (2015), comenta que “o livro de Maria Pilla não encena ‘um eu narcísico, pois a historicidade está impregnada no horizonte da subjetividade’, ou seja, sua voz se junta às vozes plurais de espectros do passado que falam através de suas lembranças”. Esses “espectros do passado” podem ser compreendidos como os fantasmas da história, as vozes silenciadas que continuam a comunicar algo, mesmo depois da tentativa de apagamento promovida pela ditadura. Ao emergirem na narrativa, essas presenças não se configuram como assombrações do medo, mas como testemunhos que insistem em ser ouvidos, representando a persistência da memória e a recusa do esquecimento. Essa observação permite compreender que a dor e o sofrimento vividos pela narradora não são apenas experiências individuais, mas se expandem como testemunhos de um corpo coletivo marcado pela repressão.

Sabendo disso, Pilla consegue narrar eventos traumáticos que aconteciam com todos aqueles que se opuseram a seguir as regras ditatoriais, um desses eventos conta como uma mãe descobre sobre a morte do filho após ele ser buscado por civis para esclarecimentos, ela narra:

Ela não acreditava que seu menino tivesse se jogado debaixo de um caminhão, na estrada. Havia algo de muito errado naquela história, o coração de mãe de dona Iracema insistia. O homem girou nos calcanhares e ela ouviu os passos cadenciados no corredor, afastando-se de sua casa. Os cabelos da senhora ficaram brancos, seu corpo foi perdendo o prumo, e a partir daquele dia dona Iracema foi uma mãe brasileira em busca da justiça que tarda.

Nunca entendeu como é possível um jovem de vinte e três anos ser morto por causa de seus ideais (Pilla, 2015, p. 35).

O episódio descrito acima se inscreve no contexto mais amplo e cruel da violência ditatorial, como já citado, os militares exibiam táticas de tortura e formas de fazer pessoas desaparecerem ou de justificar suas mortes, que nesse caso foi dado como “suicídio”. Pilla, trazendo uma visão familiar, mostra o desespero de uma mãe encarando que a morte não aponta para o fim, mas para uma busca incessável por respostas e justiça. Nesse contexto, torna-se inevitável recordar os movimentos de resistência feminina como a *Asociación Madres de la Plaza de Mayo* e as *Abuelas*

de *Plaza de Mayo*, na Argentina, formadas por mães e avós que transformaram o luto em luta política. Assim como essas mulheres, a escrita de Maria Pilla resgata a força de quem, diante da perda e do silêncio imposto, insiste em recordar, reivindicar a verdade e manter viva a memória dos desaparecidos.

Para as famílias daqueles que foram mortos era também a tentativa do regime civil-militar de aniquilar projetos de futuro e desmontar laços afetivos. Utilizar a morte como mecanismo de intimidação evidencia que a violência não se restringe aos porões, celas, e confessionários, mas atravessava o cotidiano corroendo relações familiares e instaurando um clima de medo e tristeza.

Dentro da obra, a autora recria vários cenários violentos, ela comenta como as vítimas não podiam ter sequer um velório digno. Sem flores, orações, sem caixão e, às vezes, sem corpo. A vítima precisava sumir, talvez por isso a escrita de rememoração seja uma arma tão importante, lembrar daqueles que foram mortos injustamente e dizer a verdade por trás dos arquivos oficiais deixa vivo e relembra os horrores que aconteceram no silêncio.

Seligmann-Silva (2022, p. 279) afirma que “não podemos fazer de conta que não desempenhamos um papel no ‘teatro histórico da memória’”. A memória, nesse sentido, não é um campo neutro, mas um espaço de disputa, em que narrar significa também tomar posição frente ao passado. O ato de lembrar se converte em resistência porque impede que o esquecimento ou as versões manipuladas da história prevaleçam. Dentro do romance, é visível o quanto a manipulação ditatorial entra nas mentes daqueles que a sofrem, fazendo com que famílias se envenenem e se separem, mostrando outro viés da violência e do abuso de poder. Em uma viagem, após a morte do seu pai, a mãe de Pilla, já cansada, fala sobre como acha que o problema da morte do marido era a militância radical da filha. Ela narra:

Para a mãe, minha militância é que tinha matado o pai de estresse. Fiquei aturdida. Não sabia como ordenar os argumentos para tirar de sua cabeça uma ideia tão bárbara. [...] Sozinha com ela no elevador, o diálogo veio difícil. Falei que pensar o que ela pensava criava discórdia entre nós, uma atmosfera de culpa, e que isso era o que a ditadura queria: dividir, separar do convívio os diferentes. Disse que o pai tinha morrido porque estava doente e que a medicina não conseguira mudar esse fato (Pilla, 2015, p. 89).

Assim, é possível entender que o medo e a repressão funcionavam como um “veneno” simbólico, onde minava os vínculos familiares e transformavam acontecimentos imprevisíveis com contexto de culpa e vergonha. A acusação da mãe de Pilla, a tentativa de responsabilização pela morte do pai, expõe o mecanismo cruel do medo e do luto. Ao responsabilizar a filha, ela inverte os papéis de vítima e agressor e, mesmo que involuntariamente, valida a lógica da repressão. Essa troca de papéis, resultado do peso psicológico da ditadura, rompeu ainda mais os laços, evidenciando que a violência se manifestava em pequenas frases repletas de rancor e desamparo. Ao rejeitar essa culpa, a autora afirma sua verdade e rompe com a lógica da divisão, reiterando que recordar é resistir. Então, o ato de ressignificar a memória tanto evita a perpetuação da manipulação ditatorial quanto restabelece um espaço de dignidade e afeto frente à brutalidade histórica.

Nesse sentido, a violência passa a não ser uma questão física e psicológica, ela se infiltra no silêncio imposto pelos militares, no medo, nas famílias e em outras relações pessoais. O trauma vivido por muitos, especialmente aqueles que perderam familiares, não se encerra no momento da repressão ou da perda, ele os acompanha

pelo resto de suas vidas. Essas dores se perpetuam na memória, reaparecendo em gestos, olhares e palavras como uma ferida incurável.

Volto semana que vem (2015) é uma prova inegável dessa violência e crueldade, narrando eventos traumatizantes e que muitas vezes não tiveram a justiça necessária, Pilla demonstra que os traumas mostrados na ditadura civil-militar não se restringem apenas ao passado, mas permanecem no corpo e na memória daqueles que viveram a repressão, seguindo também seus descendentes. Ao expor essas feridas, a autora usa da Literatura para dar visibilidade ao sofrimento e confrontar o esquecimento, reabrindo um espaço de resistência em frente à violência que tentou sufocar a vida e a dignidade humana da época. Eurídice Figueiredo (2014, p. 342) falando sobre a violência e a resistência diz que:

A potência da literatura reside no enfrentamento do irresolvível, do traumático, das denegações, das angústias que atravessam a experiência humana. A literatura pós-ditatorial aborda o sentimento de derrota, as frustrações e as culpas de personagens atingidos pelo arbítrio e, desse modo, revela o horror vivenciado por pessoas que passaram pela máquina trituradora de gente. Ao revolver esse passado que não passa, a literatura nos faz falar com os fantasmas.

A força literária está em lidar com aquilo que é impossível de apagar, como o trauma, a dor, a culpa e a violência causada pela ditadura. Ao “falar com fantasmas”, percebe-se a importância de lembrar de tudo que já foi feito com a população que não concordava com o governo e, principalmente, se entende que a Literatura mantém vivo o testemunho e, ao mesmo tempo, rompe o ciclo da manipulação e do esquecimento. Dentro desse contexto, a narrativa de Maria Pilla expõe as cicatrizes de uma época marcada pelo silêncio, sua escrita transforma a dor em narrativa que dialoga com a história e resistência política. Portanto, ao escrever suas memórias ela denuncia a repressão, tornando sua obra um ato político importante diante de todo o apagamento que a ditadura buscou instaurar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo demonstrou que *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla, recupera a memória de uma época marcada pela violência da ditadura civil-militar, e também revela as lacunas históricas deixadas pela repressão. A obra revela de que maneira o trauma permeia os âmbitos pessoal e o coletivo, aparecendo tanto nas dinâmicas familiares quanto nas estratégias de resistência. As interpretações realizadas mostraram que a fragmentação da narrativa dialoga com a fragmentação da própria experiência histórica, reconhecendo a capacidade da Literatura de ressignificar a dor e expor os mecanismos de silenciamento.

As análises realizadas indicaram que a fragmentação da narrativa está diretamente relacionada à fragmentação da experiência histórica durante a ditadura, evidenciando o deslocamento, o exílio e a solidão das pessoas afetadas pelo regime. Notou-se que a escrita de Pilla ressignifica as dores individual e coletiva, também destaca a força da literatura como território de memória e resistência. Ademais, o estudo mostrou que o livro conecta memória, subjetividade e linguagem para criar um espaço de contestação, no qual a vivência do sofrimento se transforma

em testemunho e a literatura pode desempenhar a função de manter a verdade histórica ao mesmo tempo em que enfrenta o apagamento cultural.

Este trabalho analisou os vestígios de resistência à ditadura civil-militar brasileira e argentina presentes na narrativa e a pesquisa se fundamenta na compreensão de como a escrita das mulheres se insere na tendência da literatura de resistência, explorando os entrelaçamentos entre memória, denúncia e sobrevivência. O objetivo central foi evidenciar de que maneira a narrativa de Pilla constrói fragmentos de dor e violência sem abrir mão da potência de resistir por meio da escrita literária.

A pesquisa contribuiu para reafirmar a relevância da Literatura produzida por mulheres como caminho de enfrentamento ao autoritarismo, destacando a escrita de Pilla como um testemunho que denuncia as violências do regime e mantém viva a memória coletiva. Além disso, o estudo ampliou o diálogo entre crítica literária e memória histórica, possibilitando novas leituras sobre o papel da literatura na preservação da verdade e na resistência cultural. O aporte teórico utilizado neste estudo mostrou-se suficiente e adequado, destacando a escrita de Maria Pilla como um verdadeiro testemunho, capaz de denunciar as violências do regime e de manter viva a memória coletiva.

Pesquisas futuras podem explorar a relação entre a obra de Pilla e outras narrativas escritas por mulheres da ditadura, ampliando o diálogo comparativo e intertextual. Também pode se aprofundar o estudo da recepção crítica da obra de Maria Pilla, bem como investigar a presença de elementos de resistência em outras manifestações artísticas contemporâneas ao regime, tratando das questões históricas com maior amplitude.

Compreende-se então que a escrita de Maria Pilla, marcada pela memória e pela resistência, reafirma o poder da Literatura em abrir espaço para a exposição e escuta, preservando a verdade diante das tentativas de apagamento impostas pela ditadura. Ao recuperar fragmentos de dor e transformá-los em narrativa, a autora contribui para a construção de uma memória coletiva que se opõe à fabricação de discursos paralelos que amenizam, vangloriam ou idealizam o momento histórico e político. Observou-se que a autora, ao transformar a dor em linguagem, não apenas denuncia as violências da ditadura civil-militar, mas também propõe uma reconstrução simbólica da memória coletiva, capaz de restituir a voz e a dignidade às mulheres silenciadas pelo regime. Assim, o estudo confirma que a literatura de Pilla ultrapassa o campo estético e assume uma função ética e política, demonstrando que narrar é também resistir, lembrar e reconstruir o passado a partir de uma perspectiva que valoriza o testemunho e a força da escrita feminina.

Além de seu papel social e político, a escrita de Pilla também se destaca pela experimentação formal e pela força estética de sua linguagem. A fragmentação, a descontinuidade temporal e o uso de quadros narrativos curtos e datados revelam uma forma de compor a memória como um arquivo memorialístico não linear, mas sensorial e afetivo. Esses recursos, que oscilam entre o testemunho e a ficção, entre o íntimo e o histórico, evidenciam uma busca por traduzir o indizível do trauma em linguagem literária. Dessa maneira, cada fragmento atua como uma pequena fresta por onde se vislumbra o passado, compondo uma narrativa em que a criação artística se torna também uma forma de cura e resistência. Em síntese, este estudo reforça a importância de ler, analisar e valorizar a literatura de resistência, reconhecendo-a como algo indispensável na luta contra a barbárie e na afirmação da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Ditadura militar ou civil-militar?** Saiba o que está por trás dos nomes. Agência Brasil, 31 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar->

DALCASTAGNÊ, Regina. **O espaço da dor**: o regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Metodologia de pesquisa em literatura**. São Paulo: Parábola, 2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Mulheres contra a ditadura**: escrever é (também) uma forma de resistência. 1. ed. Rio de Janeiro: Zouk, 2024.

PELLEGRINI, Tânia. **Gavetas vazias**: ficção e política nos anos 70. São Carlos SP: EDUFSCar - Mercado de Letras, 1996.

PILLA, Maria. **Volto semana que vem**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

ROUSSEFF, Dilma. **Seria mais fácil ter apoiado Cunha, mas o preço era muito alto. Entrevista concedida a Mariana Godoy**. RedeTV!, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/ls8AutToQUQ>. Acesso em: 17 out. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e a descolonização do saber histórico**. São Paulo: Humanitas, 2022. (Coleção Humanitas, v. 28).

STUDART, Heloneida. **Mulher, a quem pertence teu corpo?** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1990.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, que lutou incansavelmente para que eu pudesse chegar até aqui. Mulher forte, guerreira e amorosa, que enfrentou cada obstáculo com coragem e nunca deixou de acreditar em mim, mesmo quando eu mesma duvidava. Sua dedicação, seus conselhos e sua fé foram o alicerce que sustenta cada passo dessa trajetória. Tudo o que sou e tudo o que conquistei tem um pedaço do seu amor e da sua força.

Às mulheres da minha família, que são exemplo vivo de resistência, sabedoria e ternura. Mulheres que, com suas histórias e lutas diárias, mostraram que o caminho da honestidade, do esforço e da bondade é o que realmente constrói o futuro. Que trabalharam, estudaram e cuidaram, me ensinando com gestos e palavras o valor da independência, do respeito e da empatia.

Ao meu avô, Celso Francelino, que sonhou em me ver formada, mas que não conseguiu me ver em vida. Sei que, onde quer que esteja, ele me acompanha com o mesmo orgulho e carinho de sempre.

Agradeço com muito carinho às minhas amigas, que estiveram comigo em todos os momentos. Levo comigo a certeza de que a amizade verdadeira também é uma forma de amor e resistência.

Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Annie Figueiredo, pela paciência, pela escuta atenta e pelo compromisso em me guiar com sabedoria e sensibilidade durante todo o processo de pesquisa e escrita. Sua orientação foi essencial para que este trabalho tomasse forma e alcançasse o melhor de mim.